

**Elpídio Donizetti**

*Curso de*  
**DIREITO  
PROCESSUAL  
CIVIL**

**23<sup>a</sup>**  
edição

revista,  
atualizada  
e ampliada



atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 22.01.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2020 by*  
**Editora Atlas Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Rua Conselheiro Nébias, 1.384  
São Paulo – SP – 01203-904  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Até a 22ª edição, esta obra era intitulada *Curso didático de direito processual civil*.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

D737c  
Donizetti, Elpídio

Curso de direito processual civil / Elpídio Donizetti. – 23. ed. – São Paulo: Atlas, 2020.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-97-02355-8

1. Direito processual civil – Brasil. 2. Processo civil – Brasil. I. Título.

19-61346

CDU: 347.91/.95(81)

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária CRB-7/6439

# Sumário

Índice do quadros esquemáticos.....	LXV
-------------------------------------	-----

## Parte Geral

### Parte I – Teoria Geral do Direito Processual Civil

1. O Direito Processual Civil: conceito e fontes. O Direito Processual Civil na perspectiva do Código de Processo Civil de 2015.....	3
1. O Direito Processual Civil.....	3
1.1 Conceito e fontes .....	3
1.2 O Direito Processual Civil na perspectiva do Código.....	7
1.2.1 A estrutura do Código atual .....	8
1.2.2 Os diversos tons do Código atual .....	9
1.2.3 <i>Ex nihilo nihil fit</i> . O CPC/2015 não surgiu do nada. Um pouco de história não faz mal a ninguém.....	12
1.2.3.1 O Direito Processual no Brasil .....	13
1.3 O sistema de precedentes consolidado pelo CPC vigente.....	15
2. A princiologia do Código de Processo Civil: influências constitucionais e tentativa de efetivação dos direitos e garantias fundamentais.....	21
1. Influências do Direito Constitucional sobre o Direito Processual Civil: neoconstitucionalismo e neoprocessualismo.....	21
1.1 Evolução (fases) do processualismo: sincretismo, autonomismo, instrumentalismo e neoprocessualismo .....	22
1.2 O “modelo constitucional do processo” .....	23
2. Princípios processuais como direitos fundamentais .....	24
2.1 Introdução: princípios, regras e valores .....	24
2.2 Princípios constitucionais sobre o processo (direitos fundamentais processuais).....	26
2.3 Positivação infraconstitucional dos direitos fundamentais processuais ..	27
2.4 Princípios fundamentais processuais como instrumentos de efetivação de direitos fundamentais substanciais .....	27

3.	Os princípios e as garantias processuais.....	27
3.1	Princípio do devido processo legal .....	28
3.2	Princípio da ação (da demanda ou da inércia) e princípio do impulso oficial – art. 2º .....	30
3.3	Princípio da inafastabilidade (ou da indeclinabilidade) – art. 3º.....	31
3.4	Princípio da duração razoável do processo e da primazia do julgamento do mérito – art. 4º .....	32
3.5	Princípio da boa-fé processual – art. 5º.....	32
3.6	Princípio da cooperação – art. 6º .....	33
3.7	Princípio da igualdade (ou da isonomia) – art. 7º.....	35
3.8	Princípio do contraditório – arts. 7º, 9º e 10 .....	36
3.9	Princípio da ampla defesa .....	38
3.10	Princípio da função social do processo – art. 8º .....	39
3.11	Princípio da dignidade da pessoa humana – art. 8º .....	40
3.12	Princípio da proporcionalidade – art. 8º .....	41
3.13	Princípio da razoabilidade – art. 8º.....	42
3.14	Princípio da legalidade – art. 8º.....	42
3.15	Princípio da publicidade – art. 8º .....	43
3.16	Princípio da eficiência – art. 8º.....	44
3.17	Princípio da lealdade processual .....	44
3.18	Princípio da motivação – art. 11 .....	44
3.19	Princípio da cronologia – art. 12.....	45
3.20	Princípio da imparcialidade.....	46
4.	Princípios processuais consagrados pela doutrina e pela jurisprudência.....	47
4.1	Princípio do juízo natural .....	47
4.2	Princípio do duplo grau de jurisdição .....	48
4.3	Princípio da identidade física do juiz .....	48
4.4	Princípio da efetividade (da máxima coincidência possível) .....	49
4.5	Princípio da adequação (ou da adaptabilidade).....	49
4.6	Princípio da improrrogabilidade (e irredutibilidade) da jurisdição.....	50
4.7	Princípios dispositivo e inquisitivo .....	50
4.8	Princípio da instrumentalidade das formas.....	50
4.9	Princípio da economia processual .....	52
4.10	Princípio da persuasão racional do juiz (ou do livre convencimento motivado) .....	52
4.11	Princípio da verdade real.....	54
4.12	Princípio da oralidade .....	54
4.13	Princípio da liberdade das partes no processo .....	54
4.14	Princípio da congruência .....	54
3.	Aplicação das normas processuais: a lei processual civil no espaço e no tempo (arts. 13 a 15) .....	59
1.	Introdução.....	59
1.1	A lei processual civil no espaço .....	59

1.2	A lei processual civil no tempo .....	60
1.2.1	Direito intertemporal.....	64
2.	Normas processuais civis como fontes subsidiárias .....	66
4.	Jurisdição, ação e processo: a trilogia estrutural do Direito Processual Civil .....	69
1.	Jurisdição, ação e processo: a trilogia estrutural do Direito Processual .....	69
2.	Jurisdição.....	70
2.1	Conceito de jurisdição .....	70
2.2	Características da jurisdição .....	70
2.2.1	Unidade .....	70
2.2.2	Secundariedade .....	73
2.2.3	Substitutividade .....	74
2.2.4	Imparcialidade .....	75
2.2.5	Criatividade.....	75
2.2.6	Inércia .....	77
2.2.7	Definitividade .....	77
2.3	Princípios da jurisdição.....	78
2.3.1	Princípio do juízo natural .....	78
2.3.2	Princípio da improrrogabilidade.....	79
2.3.3	Princípio da indeclinabilidade (ou da inafastabilidade) .....	80
2.3.4	Princípio da inevitabilidade .....	81
2.3.5	Princípio da indelegabilidade .....	81
2.4	Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária .....	81
3.	Tutela jurisdicional.....	84
3.1	Principais espécies de tutelas jurisdicionais.....	86
3.2	Sistematização das tutelas jurisdicionais .....	88
3.3	Tutela jurisdicional sob a perspectiva do réu .....	91
3.4	Órgãos jurisdicionais incumbidos da tutela jurisdicional no Brasil.....	92
4.	Meios alternativos de pacificação social .....	95
4.1	Autotutela .....	96
4.2	Mediação e conciliação .....	96
4.3	Julgamento por órgão administrativo.....	97
5.	Arbitragem .....	98
6.	Ação .....	101
6.1	Conceito e evolução .....	101
6.2	O CPC/2015 e as “condições da ação” .....	104
6.3	Elementos da ação .....	105
6.4	Classificação das ações .....	108
7.	Processo .....	111
7.1	Conceito.....	111

7.2	As várias visões do processo .....	114
7.2.1	Processo e procedimento .....	114
7.2.2	Processo como contrato .....	115
7.2.3	Processo como quase contrato .....	116
7.2.4	Processo como relação jurídica .....	116
7.2.5	Processo como situação jurídica .....	116
7.2.6	Processo como instituição jurídica .....	117
7.2.7	Processo como procedimento em contraditório.....	117
7.2.8	Processo como entidade complexa.....	118
7.3	Sujeitos do processo .....	119
7.4	Espécies de processo .....	119
8.	Pressupostos processuais.....	120
9.	Pressupostos e requisitos processuais.....	121
10.	Os diversos planos do mundo jurídico .....	121
10.1	O plano da existência.....	122
10.2	O plano de validade .....	122
10.3	O plano de eficácia.....	122
11.	Classificação dos pressupostos e dos requisitos processuais.....	123
11.1	Pressupostos processuais subjetivos .....	123
11.2	Pressuposto processual objetivo: a existência de uma demanda.....	126
11.3	Requisitos processuais subjetivos de validade.....	127
11.4	Requisitos processuais objetivos positivos (ou intrínsecos): respeito ao formalismo processual.....	132
11.5	Requisitos processuais objetivos negativos (ou extrínsecos).....	133
11.6	Requisitos processuais necessários à admissibilidade do processo .....	135
11.7	Distinção entre legitimidade para a causa, legitimidade para o processo e capacidade de ser parte.....	139
11.8	Teorias da exposição e da asserção.....	139
12.	Processo eletrônico ou autos virtuais .....	142
5.	A função jurisdicional: limites da jurisdição nacional e cooperação internacional (arts. 16 a 41).....	145
1.	Introdução.....	145
2.	Limites da jurisdição nacional.....	146
2.1	Competência concorrente .....	147
2.2	Competência exclusiva .....	149
2.3	Cláusula de eleição de foro.....	150
3.	Cooperação internacional.....	151
3.1	Introdução.....	151
3.2	Autoridade central.....	152
3.3	Reciprocidade .....	153
3.4	Mecanismos de cooperação internacional.....	153

3.4.1	Auxílio direto (ou assistência direta).....	154
3.4.2	Carta rogatória.....	155
3.4.3	Homologação de sentença estrangeira.....	156
6.	Competência interna e cooperação nacional (arts. 42 a 69).....	159
1.	Introdução.....	159
2.	Princípios norteadores da competência jurisdicional.....	159
2.1	Princípio do juízo natural.....	159
2.2	Princípio da competência sobre a competência ( <i>Kompetenzkompetenz</i> ).....	160
2.3	Princípio da perpetuação da competência ( <i>perpetuatio jurisdictionis</i> )....	160
3.	Critérios determinativos da competência.....	161
3.1	Critério objetivo.....	161
3.1.1	Competência em razão do valor da causa.....	161
3.1.2	Competência em razão da matéria e em razão da pessoa.....	162
3.2	Critério funcional.....	165
3.3	Critério territorial.....	166
3.3.1	Foro geral.....	166
3.3.2	Foros especiais.....	168
4.	Metodologia para determinação da competência.....	170
5.	(In)competência absoluta e relativa.....	172
6.	Modificação da competência.....	173
6.1	Prorrogação.....	174
6.2	Conexão e continência.....	174
6.3	Eleição de foro (derrogação da competência).....	177
7.	Prevenção.....	177
8.	Regra da acessoriedade.....	179
9.	Conflito de competência.....	179
10.	Cooperação nacional.....	180
7.	Partes e procuradores (arts. 70 a 112).....	185
1.	Partes.....	185
1.1	Conceito.....	185
1.2	Capacidade de ser parte.....	186
1.3	Capacidade processual, capacidade para estar em juízo, capacidade judiciária ou legitimação <i>ad processum</i> : diversos nomes para o mesmo conceito.....	188
1.3.1	Capacidade processual dos cônjuges.....	189
1.3.2	Capacidade processual dos entes referidos no art. 75.....	190
1.4	Incapacidade processual e irregularidade na representação.....	193
1.5	Dos deveres das partes e de seus procuradores.....	193
1.5.1	Da responsabilidade das partes por dano processual. As sanções processuais por litigância de má-fé.....	196

1.6	Das despesas, dos honorários advocatícios e das multas: o regime financeiro do Código de Processo Civil.....	199
1.6.1	O pagamento das despesas processuais.....	200
1.6.1.1	Do ônus de adiantar as despesas processuais.....	200
1.6.1.2	Da obrigação final pelo custo do processo .....	201
1.6.1.3	Da divisão dos ônus sucumbenciais: princípios da sucumbência e da causalidade.....	202
1.6.2	Os honorários advocatícios.....	204
1.6.2.1	Honorários advocatícios nas ações em que for parte a Fazenda Pública: regras especiais.....	209
1.6.2.2	Titularidade e cobrança dos honorários .....	211
1.7	Assistência judiciária: concessão dos benefícios, procedimento, impugnação e recursos.....	218
2.	Procuradores.....	222
2.1	A capacidade postulatória conferida aos advogados .....	222
2.2	Procuração assinada digitalmente.....	223
2.2.1	Requisitos da procuração.....	224
2.3	Direitos dos advogados.....	225
3.	Sucessão das partes e dos procuradores.....	227
8.	Litisconsórcio (arts. 113 a 118).....	229
1.	Conceito .....	229
2.	Classificação do litisconsórcio.....	229
3.	Hipóteses legais de litisconsórcio.....	231
3.1	Litisconsórcio facultativo, sucessivo, alternativo e eventual.....	232
4.	Litisconsórcio unitário e necessário .....	232
5.	Litisconsórcio necessário: ativo e passivo .....	234
6.	Litisconsórcio multitudinário.....	235
7.	Autonomia dos litisconsortes .....	236
9.	Intervenção de terceiros (arts. 119 a 138).....	241
1.	Noções gerais .....	241
1.1	Hipóteses de não cabimento das intervenções previstas no CPC/2015... ..	242
2.	Assistência (arts. 119 a 124).....	243
2.1	Conceito.....	243
2.2	Situação processual, poderes e ônus processuais do assistente .....	243
2.2.1	Assistência simples.....	244
2.2.1.1	Extensão da coisa julgada, efeitos da interposição de recursos na assistência simples e indiscutibilidade da justiça da decisão .....	244
2.2.2	Assistência litisconsorcial.....	245
2.3	Limite temporal para admissão do assistente e impugnação .....	246



3.	Denúnciação da lide (arts. 125 a 129) .....	248
3.1	Conceito.....	248
3.2	Hipóteses de admissibilidade.....	248
3.3	(Não) obrigatoriedade da denúncia.....	251
3.4	Procedimento.....	252
3.5	Procedimentos que admitem a denúncia.....	252
3.6	A possibilidade de condenação direta de seguradora .....	253
3.7	Julgamento da denúncia da lide e verbas de sucumbência.....	255
4.	Chamamento ao processo (arts. 130 a 132) .....	256
4.1	Conceito.....	256
4.2	Hipóteses de admissibilidade.....	257
4.3	Procedimento.....	258
4.4	Chamamento ao processo nas ações de alimentos .....	259
4.5	Chamamento ao processo no Código de Defesa do Consumidor.....	261
5.	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (arts. 133 a 137) .....	262
5.1	Noções gerais .....	262
5.2	(Des)necessidade de ação autônoma .....	265
5.3	Legitimidade para a instauração do incidente.....	265
5.4	Desconsideração inversa da personalidade jurídica.....	266
5.5	Hipóteses de cabimento.....	267
5.6	Procedimento para a desconsideração da personalidade jurídica.....	268
5.7	Efeitos da desconsideração.....	269
6.	<i>Amicus curiae</i> (art. 138).....	272
6.1	Introdução.....	272
6.2	O <i>amicus curiae</i> como instrumento de legitimação dos precedentes judiciais.....	273
6.3	Natureza jurídica.....	273
6.4	Intervenção do <i>amicus curiae</i> nas ações de controle de constitucionalidade.....	274
6.5	A intervenção do <i>amicus curiae</i> nos demais processos judiciais .....	275
6.5.1	Requisitos para a intervenção do <i>amicus curiae</i> .....	276
6.5.2	Procedimento para a intervenção .....	277
6.5.3	Momento para a intervenção.....	277
6.5.4	Interposição de recursos .....	278
6.5.4.1	Recurso contra a decisão que (in)admite a intervenção .....	278
6.5.4.2	Embargos declaratórios e incidente de resolução de demandas repetitivas .....	279
6.5.5	Necessidade de advogado.....	279
7.	Oposição e nomeação à autoria: intervenções excluídas do CPC/2015?.....	281
8.	A intervenção anômala das pessoas de Direito público.....	282

10. O juiz e os auxiliares da justiça (arts. 139 a 175) .....	285
1. Poderes, deveres e responsabilidades do juiz .....	285
2. O poder-dever de prestar a tutela jurisdicional .....	292
3. Limites da decisão .....	293
4. Princípio da identidade física do juiz .....	294
5. Responsabilidades do juiz .....	294
6. Impedimentos e suspeição .....	295
6.1 Recusa dos impedidos ou suspeitos .....	297
7. Auxiliares da justiça .....	299
11. As funções essenciais à justiça: o Ministério Público, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública e a Advocacia Privada (arts. 176 a 187 do CPC e art. 133 da CF).....	305
1. Introdução .....	305
2. As funções essenciais à justiça .....	306
2.1 O Ministério Público .....	307
2.1.1 Natureza da atuação .....	307
2.1.2 Princípios institucionais .....	308
2.1.3 Formas de atuação .....	309
2.1.4 Consequências da ausência do Ministério Público no processo .....	312
2.1.5 Prazos e responsabilidades .....	312
2.1.6 Impedimento, suspeição e incompetência .....	313
2.1.7 Legitimidade para recorrer .....	313
2.1.8 Outras hipóteses de atuação do Ministério Público no Processo Civil .....	314
2.2 A Advocacia Pública .....	318
2.2.1 Funções .....	319
2.2.2 Autonomia .....	319
2.2.3 Formas de atuação .....	320
2.2.4 Prazos e responsabilidades .....	321
2.3 A Defensoria Pública .....	322
2.3.1 A Defensoria Pública como cláusula pétrea .....	323
2.3.2 Funções .....	323
2.3.2.1 As funções da Defensoria Pública no CPC atual .....	324
2.3.3 A Defensoria Pública e o controle de constitucionalidade .....	326
2.3.4 Princípios institucionais .....	328
2.3.5 Prazos e responsabilidades .....	329
2.4 A Advocacia Privada .....	330
12. Atos processuais (arts. 188 a 293) .....	331
1. Conceito .....	331
2. Classificação dos atos processuais .....	332
2.1 Atos das partes .....	332

2.2	Pronunciamentos (ou atos) do juiz.....	333
2.2.1	Sentença.....	333
2.2.2	Acórdão .....	334
2.2.3	Decisão monocrática de relator.....	334
2.2.4	Decisão interlocutória .....	334
2.2.5	Despachos .....	334
2.3	Atos do escrivão.....	335
3.	Forma dos atos processuais.....	335
3.1	Convenção acerca da prática dos atos processuais .....	337
4.	Atos processuais praticados por meio eletrônico.....	339
4.1	Assinatura eletrônica .....	340
4.2	Informática jurídica .....	342
5.	Linguagem utilizada nos atos processuais .....	344
6.	Publicidade dos atos processuais .....	345
7.	O tempo e o lugar dos atos processuais.....	345
8.	Férias e feriado forenses .....	347
9.	Os prazos processuais.....	350
9.1	Classificação dos prazos .....	352
9.2	Principais prazos para a prática de atos processuais.....	354
9.3	O curso dos prazos.....	356
9.4	Contando os prazos.....	359
9.4.1	Termo inicial dos prazos .....	360
9.4.2	Algumas regras especiais sobre contagem de prazo.....	363
9.5	Prazos para o Ministério Público, para a Fazenda Pública e para a Defensoria Pública .....	363
10.	Preclusão .....	363
11.	Descumprimento de prazos e penalidades.....	364
12.	Comunicação dos atos processuais.....	365
12.1	Meios pelos quais se realizam as citações e as intimações .....	366
12.2	Citação .....	368
12.2.1	Citação pelo correio. É a regra.....	369
12.2.2	Citação por oficial de justiça.....	371
12.2.3	Citação por edital .....	371
12.2.4	Citação por meio eletrônico .....	372
12.2.5	Efeitos da citação.....	372
12.3	A interrupção da prescrição e da decadência como efeitos do despacho que ordena a citação.....	373
12.4	Declaração de ofício da prescrição e da decadência.....	375
12.5	Intimação.....	376
13.	Nulidades.....	376
13.1	Os diversos planos dos fatos jurídicos: existência, validade e eficácia.....	377
13.2	Nulidade absoluta e nulidade relativa.....	377

13.3	Sistema de nulidades no CPC.....	378
13.3.1	Considerações gerais .....	378
13.3.2	Momento de arguição da nulidade .....	379
13.3.3	Decretação da nulidade e seus efeitos .....	379
13.3.4	Nulidade na hipótese de não intervenção do Ministério Público .....	380
13.	Tutela provisória (arts. 294 a 311).....	385
1.	Noções gerais .....	385
2.	A urgência e a evidência como fundamentos das tutelas provisórias.....	387
3.	Disposições comuns a todas as espécies de tutelas provisórias.....	389
3.1	A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas (art. 295) .....	389
3.2	A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada (art. 296, <i>caput</i> ) ...	389
3.3	O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória (art. 297). A efetivação da tutela provisória observará as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença, no que couber (parágrafo único).....	390
3.4	Na decisão que conceder, negar, modificar ou revogar a tutela provisória, o juiz justificará as razões de seu convencimento de modo claro e preciso (art. 298) .....	391
3.5	A competência para apreciar a tutela provisória será do juízo da causa quando ela for requerida em caráter incidental; será do juízo competente para conhecer do pedido principal quando requerida em caráter antecedente (art. 299) .....	391
3.6	Tutela provisória e contraditório – a regra é a concessão antes de ouvir o demandado .....	391
4.	Tutela provisória e recurso.....	392
5.	Tutela provisória contra a Fazenda Pública .....	393
6.	Disposições gerais referentes às tutelas de urgência (cautelar e antecipada) .....	396
6.1	Fungibilidade entre as tutelas de urgência (cautelar e antecipada).....	396
6.2	Requisitos para concessão das tutelas de urgência .....	397
6.3	Prestação de caução real ou fidejussória como requisito para a concessão das tutelas de urgência.....	398
6.4	Momento para o deferimento das tutelas de urgência .....	398
6.5	A reversibilidade dos efeitos da decisão como condicionante para deferimento da tutela de urgência de natureza antecipada.....	399
6.6	Indenização pelos prejuízos decorrentes da tutela de urgência .....	400
6.6.1	Sentença desfavorável (art. 302, I) .....	402
6.6.2	Obtenção da liminar da tutela em caráter antecedente e não fornecimento de meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 dias (art. 302, II) .....	403
6.6.3	Cessação da eficácia em qualquer hipótese legal (art. 302, III) .....	403

6.6.4	Acolhimento da alegação de decadência ou prescrição (art. 302, IV).....	403
7.	Da tutela cautelar.....	404
7.1	Das tutelas idôneas para asseguaração do direito.....	404
7.2	A tutela cautelar requerida concomitantemente com o pedido principal ou incidentalmente ao processo.....	406
7.3	A tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	407
7.3.1	Requisitos da petição inicial da tutela cautelar antecedente.....	407
7.3.2	Cognição preliminar e apreciação do pedido de liminar.....	408
7.3.3	As possíveis atitudes do réu em face da citação e o encaminhamento do processo.....	408
7.3.4	Momento para formulação do pedido principal.....	410
7.3.5	E se o pedido principal não for apresentado no prazo de 30 dias da efetivação da tutela cautelar?.....	412
7.3.5.1	Consequências do indeferimento ou da não efetivação da tutela cautelar.....	412
7.3.6	O pedido principal – procedimento.....	414
7.3.7	Causas que fazem cessar a eficácia da tutela cautelar.....	415
8.	Da tutela antecipada.....	417
8.1	Linhas gerais sobre a tutela antecipada.....	417
8.2	Momentos para requerimento e concessão da tutela antecipada.....	418
8.3	Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente....	418
8.3.1	Requisitos da petição inicial da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	419
8.3.2	Cognição preliminar e apreciação do pedido de tutela antecipada liminar.....	420
8.3.3	O aditamento da petição inicial e a citação do réu.....	420
8.3.4	A estabilização da tutela antecipada concedida em caráter antecedente.....	421
8.3.4.1	Estabilização da tutela antecipada – um bicho de duas cabeças.....	423
8.3.5	Ação revisional da tutela antecipada estabilizada.....	424
8.3.6	Questões suscitadas acerca da estabilização da tutela antecipada....	425
8.3.7	A estabilização da tutela antecipada se aplica às ações possessórias?.....	427
9.	Da tutela da evidência.....	430
9.1	Noções gerais.....	430
9.2	Situações jurídico-processuais que ensejam a concessão da tutela da evidência.....	432
14.	Formação, suspensão e extinção do processo (arts. 312 a 317).....	439
1.	Visão geral do processo.....	439
2.	Formação da relação processual.....	439

2.1	Estabilização do processo.....	440
3.	Suspensão do processo .....	440
3.1	Suspensão do processo pela morte ou pela perda da capacidade processual (art. 313, I).....	441
3.2	Suspensão do processo por convenção das partes (art. 313, II).....	442
3.3	Suspensão do processo pela arguição de impedimento ou suspeição.....	442
3.4	Suspensão pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.....	442
3.5	Suspensão em razão da dependência do julgamento de outra causa, de declaração da existência ou inexistência de relação jurídica ou de produção de prova (art. 313, V, <i>a e b</i> ).....	443
3.6	Suspensão por motivo de força maior (art. 313, VI) .....	444
3.7	Quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo (art. 313, VII) .....	444
3.8	Outros casos de suspensão regulados pelo Código (art. 313, VIII) .....	445
3.9	Suspensão em razão de parto, adoção ou paternidade (art. 313, IX e X) ...	445
3.10	Suspensão para verificação da existência de fato delituoso .....	447
4.	Extinção do processo .....	447

## Parte Especial

### Parte II – Processo de Conhecimento, Cumprimento de Sentença e Procedimento nos Juizados Especiais

1.	Procedimento comum (arts. 318 a 512) .....	451
1.	Noções gerais.....	451
2.	Determinação do procedimento .....	452
3.	Visão geral do procedimento comum .....	452
4.	Fase postulatória.....	453
4.1	Petição inicial.....	453
4.1.1	Requisitos da petição inicial .....	454
4.1.1.1	Requisito especial do art. 330, § 2º.....	456
4.1.2	O pedido e suas espécies .....	457
4.1.3	Alteração do pedido.....	458
4.2	Posturas do juiz em face do ajuizamento da ação .....	458
4.2.1	Declaração de impedimento ou de suspeição .....	459
4.2.2	Emenda da petição inicial.....	459
4.2.3	Deferimento da petição inicial .....	459
4.2.4	Indeferimento da petição inicial .....	459
4.2.4.1	Recurso do indeferimento da inicial .....	461
4.2.5	Julgamento de improcedência do pedido em caráter liminar.....	461
4.2.5.1	Recurso contra a decisão de improcedência liminar .....	464
4.3	Audiência conciliatória.....	465

4.4	Resposta do réu.....	467
4.4.1	Exceção de impedimento ou suspeição.....	467
4.4.2	Contestação.....	471
4.4.2.1	Convenção de arbitragem.....	475
4.4.2.2	Alegação de ilegitimidade do réu.....	476
4.4.2.3	A contestação na qual se argui incompetência pode ser protocolada no foro de domicílio do réu.....	477
4.4.2.4	Contagem do prazo para a contestação.....	479
4.4.3	Reconvenção.....	479
4.4.4	Sistema de preclusão das diversas modalidades de resposta.....	481
4.5	Revelia.....	482
5.	Fase saneadora e julgamento conforme o estado do processo.....	486
5.1	Extinção do processo.....	486
5.2	Julgamento antecipado do mérito.....	487
5.3	Julgamento antecipado parcial do mérito.....	487
6.	Saneamento e organização do processo.....	488
7.	Fase instrutória ou probatória.....	490
7.1	Audiência de instrução e julgamento.....	491
7.2	Provas.....	493
7.2.1	Produção antecipada da prova.....	498
7.2.2	Ata notarial.....	499
7.2.3	Depoimento pessoal.....	500
7.2.4	Confissão.....	501
7.2.5	Exibição de documento ou coisa.....	503
7.2.6	Prova documental.....	506
7.2.7	Arguição de falsidade.....	508
7.2.8	Documentos eletrônicos.....	510
7.2.9	Prova testemunhal.....	511
7.2.10	Prova pericial.....	515
7.2.10.1	Indeferimento e dispensa da prova pericial.....	516
7.2.10.2	Prova técnica simplificada.....	516
7.2.10.3	Perícia consensual.....	517
7.2.10.4	Procedimento.....	517
7.2.10.5	Requisitos do laudo pericial.....	520
7.2.10.6	Nova perícia.....	521
7.2.10.7	Responsabilidade do perito.....	522
7.2.10.8	Assistentes técnicos.....	522
7.2.10.9	Escusa, impedimento e suspeição.....	522
7.2.10.10	Substituição do perito.....	523
7.2.10.11	O juiz e o laudo pericial.....	524
7.2.11	Inspeção judicial.....	526

7.2.11.1	Procedimento.....	527
8.	Fase decisória.....	528
8.1	Considerações gerais.....	528
8.2	Conceito de sentença.....	529
8.3	Sentença terminativa.....	529
8.3.1	Hipóteses de extinção sem resolução do mérito.....	529
8.4	Sentença definitiva.....	533
8.5	Elementos essenciais da sentença.....	537
8.5.1	Ausência de fundamentação.....	538
8.6	Classificação e efeitos das sentenças definitivas.....	541
8.7	Conformação da sentença ao pedido.....	543
8.8	Sentenças <i>citra petita</i> , <i>ultra petita</i> e <i>extra petita</i> .....	544
8.9	Sentença condicional.....	545
8.10	Sentença e fato superveniente.....	546
8.11	Modificação da sentença.....	547
8.12	Efeitos da sentença.....	548
8.13	Sentença que tenha por objeto obrigação de fazer, não fazer e de entregar coisa.....	549
8.14	Sentença que tenha por objeto a emissão de declaração de vontade.....	551
8.15	Remessa necessária (art. 496).....	552
9.	Coisa julgada.....	556
9.1	Introdução.....	556
9.2	Conceito de coisa julgada.....	557
9.3	Limites da coisa julgada.....	559
9.3.1	Limites objetivos da coisa julgada.....	559
9.3.1.1	Coisa julgada e questão prejudicial.....	561
9.3.2	Limites subjetivos da coisa julgada.....	562
9.4	Coisa julgada e relação jurídica continuativa.....	565
9.5	Coisa julgada nas ações coletivas.....	565
9.5.1	Coisa julgada nas ações coletivas envolvendo direitos difusos... ..	567
9.5.2	Coisa julgada e direitos coletivos <i>stricto sensu</i> .....	569
9.5.3	Coisa julgada e direitos individuais homogêneos.....	569
9.5.4	A limitação territorial da coisa julgada nas ações coletivas.....	570
9.6	Relativização da coisa julgada.....	571
9.7	Outros aspectos da coisa julgada.....	575
10.	Liquidação de sentença (arts. 509 a 512).....	577
10.1	Noções gerais.....	577
10.2	Determinação do valor da condenação por cálculo do credor.....	577
10.3	Liquidação na pendência de recurso.....	578
10.4	Procedimento.....	578
10.4.1	Liquidação por arbitramento.....	579



10.4.2	Liquidação pelo procedimento comum.....	580
10.5	Outros aspectos da liquidação.....	580
2.	<b>Cumprimento de sentença (arts. 513 a 538) .....</b>	<b>583</b>
1.	Introdução.....	583
2.	Títulos executivos judiciais.....	584
3.	Disposições gerais relativas ao cumprimento da sentença .....	588
3.1	Possibilidade de protesto da decisão judicial transitada em julgado e inclusão do nome do devedor em cadastro de inadimplentes .....	591
4.	Cumprimento provisório de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa .....	594
4.1	Procedimento.....	596
5.	Cumprimento definitivo .....	597
5.1	Honorários advocatícios no cumprimento definitivo .....	603
5.2	Moratória legal e cumprimento de sentença .....	603
5.3	Impugnação (defesa do devedor).....	604
5.3.1	Legitimidade .....	605
5.3.2	(Des)necessidade de prévia garantia do juízo .....	605
5.3.3	Exceções (defesas) que podem ser arguidas na impugnação.....	605
5.3.4	Rejeição liminar da impugnação e efeito suspensivo.....	611
5.3.5	Alegação de fato superveniente.....	612
6.	Cumprimento de sentença nas obrigações de prestar alimentos.....	614
6.1	Introdução.....	614
6.2	Cumprimento da sentença pelo meio coercitivo da prisão .....	616
6.3	Cumprimento da sentença pela expropriação de bens.....	617
6.4	Cumprimento da sentença mediante desconto em folha.....	618
6.5	Cumprimento da decisão que fixa alimentos provisórios .....	618
6.6	Cumprimento da sentença que fixa alimentos indenizatórios.....	619
6.7	Abandono material .....	620
7.	Cumprimento de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública .....	621
7.1	Introdução.....	621
7.2	Pagamento das condenações contra a Fazenda Pública.....	622
7.2.1	Pagamento por meio de precatório.....	622
7.2.2	Pagamento por meio de RPV .....	624
7.2.3	Regime de compensação obrigatória e a inconstitucionalidade dos §§ 9º e 10 da CF/1988.....	626
7.3	Procedimento.....	627
7.3.1	Impugnação e condenação em honorários.....	628
7.3.1.1	Honorários na execução invertida.....	629
7.3.1.2	Honorários nas condenações em ações coletivas.....	629
8.	Cumprimento de sentença nas obrigações de fazer e de não fazer .....	630
8.1	Cumprimento provisório da multa.....	631
9.	Cumprimento de sentença nas obrigações de entregar coisa.....	633

9.1	Benfeitorias e direito de retenção e indenização.....	634
3.	Procedimentos nos Juizados Especiais Cíveis – Leis nº 9.099/1995, 10.259/2001 e 12.153/2009.....	635
1.	O microsistema dos Juizados Especiais Cíveis .....	635
1.1	Juizados Especiais Cíveis estaduais (Lei nº 9.099/1995) .....	636
1.2	Juizados Especiais Cíveis federais (Lei nº 10.259/2001).....	637
1.3	Juizados Especiais Cíveis da Fazenda Pública dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios (Lei nº 12.153/2009) .....	638
2.	Princípios orientadores do processo nos Juizados Especiais Cíveis.....	638
3.	Composição dos Juizados Especiais Cíveis.....	640
4.	Competência dos Juizados Especiais Cíveis .....	641
4.1	Considerações gerais.....	641
4.2	Competência dos Juizados Especiais estaduais (Lei nº 9.099/1995).....	642
4.3	Competência dos Juizados Especiais federais (Lei nº 10.259/2001).....	645
4.3.1	Competência absoluta dos Juizados Especiais Cíveis federais ....	648
4.4	Competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009).....	649
5.	Capacidade de ser parte e capacidade processual.....	650
5.1	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais estaduais (Lei nº 9.099/1995).....	651
5.2	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais federais (Lei nº 10.259/2001).....	652
5.3	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009).....	653
6.	Capacidade postulatória.....	654
7.	Intervenção de terceiro e litisconsórcio .....	656
7.1	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	656
7.1.1	Procedimento .....	658
8.	Intervenção do Ministério Público .....	659
9.	Medidas de urgência .....	659
10.	Os atos processuais nos Juizados Especiais Cíveis.....	660
10.1	Os atos processuais nos Juizados Especiais estaduais.....	661
10.2	Os atos processuais nos Juizados Especiais federais.....	661
10.3	Os atos processuais nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	662
11.	Extinção do processo sem resolução do mérito.....	662
12.	Sequência dos atos do procedimento nos Juizados Especiais .....	662
12.1	Sequência dos atos nos Juizados Especiais estaduais.....	662
12.2	Sequência dos atos nos Juizados Especiais federais.....	664
12.3	Sequência dos atos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	665
13.	Recursos cabíveis.....	665
13.1	Considerações gerais.....	665

13.2	Recurso inominado contra sentença (apelação) .....	667
13.3	Embargos de declaração contra sentença ou acórdão .....	668
13.4	Recurso de agravo contra medidas cautelares e de antecipação de tutela.....	670
13.5	Recurso extraordinário .....	671
13.6	Da reclamação e do pedido de uniformização de jurisprudência .....	672
14.	Outros meios de impugnação das decisões .....	675
15.	O não cabimento do reexame necessário nos Juizados Especiais federais e nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	679
16.	Os prazos do CPC/2015 e as influências no procedimento sumaríssimo .....	679
17.	Cumprimento de sentença e execução de títulos extrajudiciais .....	682
17.1	Juizados Especiais estaduais.....	682
17.2	Juizados Especiais federais .....	684
17.3	Juizados Especiais da Fazenda Pública .....	686

## Parte Especial

### Parte III – Procedimentos Especiais

1.	Procedimentos especiais (arts. 539 a 770).....	695
1.	Introdução.....	695
2.	Ação de consignação em pagamento (arts. 539 a 549).....	696
2.1	Noções gerais.....	696
2.2	Hipóteses autorizadoras da consignação.....	699
2.3	Objeto da consignação em pagamento.....	700
2.4	Modalidades de consignação.....	701
2.4.1	Consignação extrajudicial.....	701
2.4.2	Consignação judicial.....	703
2.5	Legitimidade para a ação de consignação.....	703
2.5.1	Legitimidade ativa.....	703
2.5.2	Legitimidade passiva.....	704
2.6	Foro competente.....	704
2.7	Procedimentos da consignação .....	705
2.8	Procedimento da ação de consignação em pagamento.....	705
2.8.1	Consignação de prestações sucessivas.....	706
2.8.2	Valor da causa.....	707
2.8.3	Citação.....	707
2.8.4	Atitudes do réu .....	707
2.8.5	Respostas do réu.....	708
2.8.6	Complementação do depósito.....	709
2.9	Instrução.....	709
2.10	Sentença.....	709

2.11	Outros aspectos da consignação em pagamento.....	709
2.11.1	Consignação principal e consignação incidente.....	709
2.11.2	Consignação fundada na dúvida quanto à titularidade do crédito .....	710
2.11.3	Resgate de aforamento.....	710
3.	Ação de exigir contas (arts. 550 a 553).....	713
3.1	Noções gerais .....	713
3.2	Prazo prescricional.....	714
3.3	Legitimidade.....	714
3.4	Competência.....	715
3.5	Procedimento.....	715
3.5.1	Primeira fase.....	716
3.5.1.1	Respostas possíveis.....	716
3.5.1.2	Natureza da decisão que julga a primeira fase da ação de exigir contas.....	718
3.5.2	Segunda fase.....	718
3.5.3	Sucumbência na ação de exigir contas.....	720
4.	Ações possessórias (arts. 554 a 568) .....	723
4.1	Noções gerais sobre a posse .....	723
4.2	Natureza jurídica da posse .....	724
4.3	Classificação da posse.....	724
4.4	Proteção possessória .....	725
4.4.1	Uma pitada de história .....	725
4.4.2	O juízo possessório e o juízo petitório .....	726
4.4.3	Ações possessórias típicas.....	727
4.4.4	A perda da pretensão possessória e a caducidade do direito ao rito especial: prescrição e decadência.....	728
4.4.5	Outros mecanismos para a tutela da posse .....	730
4.5	Fungibilidade das possessórias.....	731
4.6	Natureza dúplice das ações possessórias .....	732
4.7	Procedimento das ações possessórias .....	732
4.7.1	Legitimação e intervenção de terceiros.....	732
4.7.2	Competência.....	733
4.7.3	Petição inicial.....	734
4.7.4	Tutela provisória de natureza antecipada: deferimento liminar, mediante justificação prévia ou em qualquer momento procedimental.....	736
4.7.4.1	Justificação prévia .....	737
4.7.5	Respostas do réu.....	737
4.7.5.1	Reconvenção.....	739
4.7.5.2	A exceção de domínio .....	739
4.8	Entrega da prestação jurisdicional: sentença, cumprimento e recursos..	740

4.9	Litígios coletivos pela posse de bem imóvel .....	741
5.	Ação de divisão e de demarcação de terras particulares (arts. 569 a 598).....	746
5.1	Aspectos comuns às ações de divisão e demarcação .....	746
5.2	Procedimento da ação demarcatória .....	747
5.3	Procedimento da ação divisória .....	749
5.4	Demarcação e divisão por escritura pública .....	749
6.	Ação de dissolução parcial de sociedade (arts. 599 a 609).....	751
6.1	Introdução.....	751
6.2	Objeto .....	751
6.3	Legitimidade .....	752
6.4	Competência.....	753
6.5	Procedimento.....	753
6.5.1	Especificidades quanto à exclusão de sócios minoritário e majoritário .....	754
7.	Inventário e partilha (arts. 610 a 673) .....	757
7.1	Introdução.....	757
7.2	Espécies de inventário.....	759
7.3	Inventário negativo .....	759
7.4	Inventário extrajudicial.....	759
7.5	Aspectos procedimentais do inventário e da partilha na via judicial.....	761
7.5.1	Legitimidade.....	761
7.5.2	Competência.....	762
7.5.3	Intervenção do Ministério Público.....	763
7.5.4	Petição inicial.....	763
7.5.5	Administração provisória e inventariança.....	764
7.5.6	Primeiras declarações.....	765
7.5.7	Citação.....	766
7.5.8	Impugnação às primeiras declarações.....	766
7.5.9	Avaliação dos bens e últimas declarações.....	767
7.5.10	Pagamento das dívidas do autor da herança .....	768
7.5.11	Colaço e sonegação.....	768
7.6	A partilha propriamente dita.....	769
7.6.1	Sobrepartilha .....	770
7.6.2	Invalidação da partilha.....	771
7.6.3	Partilha e a sucessão do nascituro .....	771
7.7	Procedimento do arrolamento sumário .....	772
7.8	Procedimento do arrolamento comum .....	773
8.	Embargos de terceiro (arts. 674 a 681) .....	780
8.1	Noções gerais .....	780
8.2	Legitimidade para os embargos.....	781
8.2.1	Legitimidade ativa.....	781

8.2.1.1	Legitimidade ativa do promissário comprador .....	784
8.2.2	Legitimidade passiva .....	784
8.3	Competência .....	785
8.4	Momento para a oposição dos embargos de terceiro .....	786
8.5	Procedimento .....	786
8.5.1	Petição inicial .....	786
8.5.2	Da liminar .....	787
8.5.3	Citação .....	788
8.5.4	Contestação .....	788
8.5.5	Sentença .....	788
8.6	Outras questões processuais .....	789
8.6.1	Desconsideração da personalidade jurídica .....	789
8.6.2	Embargos de terceiro e fraudes .....	790
9.	Oposição (arts. 682 a 686) .....	795
9.1	Introdução .....	795
9.2	Aspectos da oposição .....	795
9.3	Procedimento .....	795
10.	Habilitação (arts. 687 a 692) .....	796
10.1	Considerações gerais .....	796
10.2	Aspectos do procedimento da habilitação .....	797
11.	Ações de família (arts. 693 a 699) .....	798
11.1	Introdução .....	798
11.2	Separação judicial: o fim da controvérsia gerada pela EC nº 66/2010 .....	798
11.2.1	Regras de transição decorrentes da EC nº 66/2010 .....	800
11.3	Aspectos procedimentais da separação e do divórcio litigiosos .....	801
11.3.1	Legitimidade e intervenção de terceiros .....	802
11.3.2	Contestação .....	802
11.3.3	Reconvenção .....	803
11.3.4	Revelia .....	803
11.3.5	Tutelas provisórias .....	804
11.3.6	Sentença .....	805
11.4	Implicações da dissolução matrimonial .....	806
11.4.1	O nome de casado .....	806
11.4.2	Os alimentos .....	806
11.4.3	Guarda dos filhos .....	807
11.5	Reconhecimento e extinção de união estável .....	808
11.5.1	União estável como entidade familiar .....	808
11.5.2	Caracterização e procedimento para o reconhecimento da união estável .....	809
11.5.3	Extinção da união estável .....	810
11.6	Guarda, visitação e filiação .....	812

11.6.1	A questão da guarda compartilhada.....	812
11.7	Especificidades das ações de família.....	813
11.7.1	Foro competente.....	813
11.7.2	Incentivo à conciliação e mediação.....	815
11.7.3	Citação.....	815
11.7.4	Intervenção do Ministério Público.....	815
11.7.5	Alienação parental.....	816
12.	Ação monitoria (arts. 700 a 702).....	818
12.1	Introdução.....	818
12.2	Natureza jurídica da ação monitoria.....	820
12.3	Legitimidade e interesse de agir.....	821
12.4	Prova documental como pressuposto da tutela monitoria.....	823
12.5	Objeto da ação monitoria.....	826
12.6	Competência.....	826
12.7	Procedimento.....	827
12.7.1	Petição inicial.....	827
12.7.2	Natureza jurídica do provimento inicial que defere a expedição do mandado monitorio.....	828
12.7.3	Citação.....	828
12.7.4	Respostas possíveis do devedor.....	829
12.7.5	Natureza jurídica dos embargos monitorios.....	830
12.7.6	Processamento dos embargos.....	831
12.8	Sentença.....	832
12.9	Coisa julgada.....	833
12.10	Execução.....	834
12.11	Outras questões processuais.....	835
12.11.1	Possibilidade de ajuizamento de ação monitoria em face da Fazenda Pública.....	835
12.11.2	Ação monitoria contra incapazes.....	836
12.11.3	Ação monitoria contra massa falida e devedor insolvente.....	836
12.11.4	Litigância de má-fé.....	837
13.	Homologação do penhor legal (arts. 703 a 706).....	839
13.1	Introdução.....	839
13.2	Homologação judicial.....	840
13.3	Homologação extrajudicial.....	840
14.	Regulação de avaria grossa (arts. 707 a 711).....	842
15.	Restauração de autos (arts. 712 a 718).....	844
16.	Procedimentos especiais extintos com o CPC/2015.....	846
2.	Procedimentos especiais de jurisdição voluntária (arts. 719 a 770).....	849
1.	Disposições Gerais.....	849

1.1	Da formação de coisa julgada nos procedimentos de jurisdição voluntária .....	850
1.2	Procedimentos previstos no art. 725.....	854
2.	Notificação e interpelação (arts. 726 a 729).....	856
3.	Alienações judiciais (art. 730) .....	857
4.	Divórcio e separação consensuais; extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio (arts. 731 a 734) .....	858
4.1	Noções gerais .....	858
4.1.1	A Emenda Constitucional nº 66/2010: seria o fim da separação como meio de desenlace entre os cônjuges?.....	859
4.1.2	Manutenção da separação judicial e extrajudicial .....	861
4.2	Separação judicial consensual .....	863
4.3	Divórcio judicial consensual.....	864
4.4	Extinção consensual de união estável.....	864
4.5	Alteração do regime de bens do matrimônio.....	865
4.6	Aspectos procedimentais da separação e divórcio consensuais e da extinção consensual de união estável .....	867
4.6.1	Petição inicial.....	867
4.6.2	Tentativa preliminar de reconciliação .....	868
4.6.3	Sentença.....	869
4.7	Procedimentos da separação, divórcio e extinção da união estável extrajudiciais.....	870
4.7.1	Generalidades.....	870
4.7.2	Via administrativa: faculdade ou imposição?.....	871
4.7.3	As formalidades da escritura pública .....	873
4.7.3.1	Conteúdo da escritura pública .....	873
4.7.3.2	Efeitos da escritura.....	874
4.7.4	Presença do advogado .....	874
4.7.5	Condições para o acesso à via extrajudicial.....	875
4.7.6	Atuação do Ministério Público.....	875
4.7.7	O papel do tabelião .....	875
5.	Testamentos e codicilos (arts. 735 a 737).....	880
6.	Herança jacente (arts. 738 a 743) .....	883
7.	Dos bens dos ausentes (arts. 744 e 745) .....	884
7.1	Disposições suprimidas pelo CPC atual .....	885
8.	Das coisas vagas (art. 746) .....	886
9.	Da interdição (arts. 747 a 758) .....	887
9.1	Considerações gerais.....	887
9.2	Procedimento da interdição.....	890
9.2.1	Competência .....	890
9.2.2	Legitimidade .....	891
9.2.3	Competência.....	892



9.2.4	Petição inicial.....	893
9.2.5	Citação e demais atos do processo .....	894
9.2.6	Levantamento da curatela .....	896
9.2.7	Interdição parcial .....	896
9.3	Disposições comuns à tutela e à curatela (arts. 759 a 763) .....	897
10.	Da organização e da fiscalização das fundações (arts. 764 e 765) .....	899
10.1	Elaboração, aprovação e alteração do estatuto .....	899
10.2	Extinção da fundação .....	900
11.	Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo (arts. 766 a 770).....	901
11.1	Noções gerais .....	901
11.2	Procedimento.....	902

## Parte Especial

### Parte IV – Processo de Execução

1.	Teoria geral da execução (arts. 771 a 796).....	905
1.	Introdução .....	905
2.	Tutela executiva .....	906
3.	Competência para a execução .....	910
3.1	Modificação ou prorrogação da competência .....	910
3.2	Prevenção do juízo executivo .....	911
3.3	Declaração de incompetência na execução.....	912
3.4	Conflito de competência na execução .....	912
4.	A ação de execução .....	912
4.1	Requisitos processuais da ação executiva.....	913
4.1.1	Legitimidade para a execução .....	914
4.1.2	Interesse processual para a execução.....	915
4.2	Princípios da execução .....	916
5.	Requisitos ou pressupostos processuais da execução .....	918
5.1	Pressupostos do processo executivo comuns aos do processo de conhecimento .....	918
5.2	Pressupostos específicos do processo executivo .....	919
6.	Títulos executivos.....	920
7.	Cumulação de execuções .....	927
8.	Atos do processo executivo .....	927
9.	Partes na execução .....	928
9.1	Posição do cônjuge ou companheiro na execução.....	931
9.2	Sucessão processual na execução .....	932
9.3	Litisconsórcio na execução .....	933

10. Intervenção de terceiros no processo de execução.....	934
11. Responsabilidade patrimonial.....	937
11.1 Responsabilidade originária.....	937
11.2 Responsabilidade secundária.....	937
11.3 Responsabilidade envolvendo direito de superfície.....	939
11.4 Fraude à execução .....	940
11.4.1 Fraude à execução e bem não sujeito a registro .....	941
11.4.2 Efeitos da alienação.....	942
11.4.3 Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica ....	942
11.4.4 Fraude à execução x fraude contra credores.....	943
12. Atos atentatórios à dignidade da justiça.....	944
2. Execuções em espécie (arts. 797 a 913).....	951
1. Introdução.....	951
2. Execução para entrega de coisa (arts. 806 a 813).....	953
2.1 Execução para entrega de coisa certa.....	953
2.2 Execução para entrega de coisa incerta.....	954
3. Execução das obrigações de fazer e de não fazer (arts. 814 a 823) .....	956
3.1 Considerações gerais.....	956
3.2 Execução das obrigações de fazer .....	956
3.3 Execução das obrigações de não fazer.....	958
4. Execução por quantia certa (arts. 824 a 909).....	959
4.1 Considerações gerais.....	959
4.2 Proposição da ação de execução.....	960
4.2.1 Averbação da execução nos registros públicos.....	960
4.3 Cognição preliminar, citação, pagamento, arresto e penhora .....	962
4.3.1 Impenhorabilidade.....	966
4.3.2 Aspectos importantes relativos ao bem de família.....	974
4.3.3 Indicação de bens à penhora .....	980
4.3.4 Penhora por termo nos autos .....	983
4.3.5 Arresto ou penhora <i>on-line</i> .....	984
4.3.6 Penhora sobre bem indivisível .....	990
4.3.7 Penhora de créditos.....	991
4.3.7.1 Penhora no rosto dos autos.....	992
4.3.7.2 Penhora de mão própria.....	992
4.3.8 Penhora das quotas ou ações de sociedades personificadas.....	993
4.3.9 Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes....	993
4.3.10 Penhora de percentual de faturamento de empresa .....	994
4.3.11 Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	996
4.3.12 Avaliação dos bens penhorados .....	997
4.3.13 Intimação da penhora.....	998

4.3.14	Substituição da penhora.....	1002
4.3.15	Natureza e efeitos da penhora .....	1004
4.4	Expropriação.....	1004
4.4.1	Adjudicação .....	1005
4.4.2	Alienação (por iniciativa particular e por leilão judicial).....	1008
4.4.2.1	Atos preparatórios.....	1011
4.4.2.2	Do leilão.....	1012
4.4.2.3	Do auto de arrematação, da entrega dos bens e da expedição da carta de arrematação .....	1016
4.4.2.4	Invalidação, ineficácia e resolução da arrematação .....	1017
4.4.2.5	Desfazimento da arrematação.....	1019
4.4.2.6	Desistência unilateral do arrematante.....	1020
4.4.3	Apropriação de frutos e rendimentos.....	1021
4.5	Satisfação do crédito.....	1021
4.5.1	Pagamento parcelado.....	1022
4.5.2	Concurso de preferência .....	1023
4.5.3	Pagamento pela adjudicação dos bens penhorados.....	1024
5.	Execução contra a Fazenda Pública (art. 910).....	1030
5.1	Embargos à execução contra a Fazenda Pública.....	1031
6.	Execução de alimentos (arts. 911 a 913) .....	1034
7.	Execução fiscal (Lei nº 6.830/1980).....	1037
8.	Execução por quantia certa contra devedor insolvente (arts. 748 a 786-A do CPC/1973).....	1048
8.1	Noções gerais.....	1048
8.2	Caracterização da insolvência .....	1049
8.3	Legitimação para a insolvência.....	1050
8.4	Competência para a insolvência.....	1050
8.5	Procedimento da insolvência.....	1050
8.5.1	Etapa de conhecimento .....	1051
8.5.2	Etapa da administração .....	1052
8.5.3	Etapa da liquidação.....	1053
8.6	Outros aspectos do processo de insolvência.....	1054
3.	Embargos do executado (arts. 914 a 920).....	1057
1.	Noções gerais, conceito e natureza jurídica.....	1057
2.	Embargabilidade da execução .....	1058
3.	Legitimidade e prazo para os embargos do executado .....	1059
4.	Juízo competente.....	1060
5.	Embargos à execução .....	1061
5.1	Matérias arguíveis nos embargos à execução .....	1061
5.2	Procedimento dos embargos.....	1065
5.2.1	Postulação .....	1065

5.2.2	Cognição preliminar.....	1066
5.2.3	Recurso cabível contra a decisão que rejeita liminarmente os embargos.....	1069
5.2.4	Atribuição de efeito suspensivo aos embargos.....	1070
5.2.5	Impugnação aos embargos.....	1071
5.2.6	Audiência e julgamento dos embargos.....	1072
5.3	Parcelamento do objeto da execução.....	1073
6.	Exceção ou objeção de pré-executividade: meio de defesa independentemente da oposição de embargos.....	1074
4.	Suspensão e extinção do processo de execução (arts. 921 a 925).....	1081
1.	Suspensão e extinção do processo de execução.....	1081
1.1	Da suspensão do processo executivo.....	1081
1.2	Da extinção da execução.....	1083
1.3	Prescrição intercorrente.....	1084
1.3.1	Prescrição intercorrente e necessidade de intimação pessoal.....	1087

## Parte Especial

### Parte V – Precedente Judicial, Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões Judiciais

1.	Precedente judicial (arts. 926 e 927).....	1093
1.	Introdução.....	1093
2.	Precedentes.....	1093
2.1	Noções fundamentais.....	1093
2.1.1	<i>Common law, civil law e stare decisis</i> .....	1093
2.1.2	<i>Civil law</i> e a questão da segurança jurídica.....	1095
2.1.3	A convivência com o <i>stare decisis</i> .....	1096
2.1.4	Distinção: métodos e resultados da aplicação do <i>distinguishing</i> .....	1097
2.1.5	Incorporação do <i>overruling</i> e modulação dos efeitos das decisões.....	1098
2.2	A evolução dos precedentes judiciais no direito brasileiro.....	1100
2.3	A força normativa dos precedentes no Código de Processo Civil de 2015.....	1101
2.3.1	Fundamentação das decisões judiciais.....	1102
2.3.2	Uniformização da jurisprudência.....	1103
2.3.3	Precedentes obrigatórios.....	1105
2.3.4	Precedentes e julgamento de improcedência liminar.....	1108
2.3.5	Precedentes e reclamação constitucional.....	1109
2.4	Regras gerais para a formação e modificação dos precedentes obrigatórios no CPC.....	1110

2. Ordem dos processos nos tribunais e processos de competência originária dos tribunais (arts. 929 e 993) .....	1115
1. Introdução.....	1115
2. Ordem dos processos nos tribunais.....	1115
2.1 Do registro e da distribuição dos processos no âmbito dos tribunais.....	1115
2.2 Das atribuições do relator .....	1117
2.3 Da preparação e do julgamento.....	1121
3. Processos de competência originária dos tribunais.....	1126
3.1 Incidente de assunção de competência (art. 947) .....	1126
3.1.1 Noções gerais.....	1126
3.1.2 Requisitos .....	1127
3.1.3 Procedimento .....	1128
3.2 Incidente de arguição de inconstitucionalidade (arts. 948 a 950).....	1129
3.2.1 Noções gerais.....	1129
3.2.2 Legitimidade e momento para arguição da inconstitucionalidade ....	1130
3.2.3 Procedimento .....	1130
3.2.4 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade .....	1131
3.3 Conflito de competência (arts. 951 a 959) .....	1132
3.4 Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória (arts. 960 a 965) .....	1133
3.4.1 Noções gerais.....	1133
3.4.2 Execução de medidas de urgência .....	1135
3.4.3 Requisitos e competência.....	1135
3.4.4 Procedimentos.....	1136
3.4.5 Natureza jurídica do processo de homologação de decisão estrangeira .....	1136
3.5 Ação rescisória (arts. 966 a 975).....	1138
3.5.1 Considerações gerais .....	1138
3.5.2 Decisão de mérito .....	1139
3.5.3 Natureza jurídica da ação rescisória.....	1141
3.5.4 Pressupostos da ação rescisória.....	1141
3.5.5 Rescisão x anulação do julgado.....	1152
3.5.6 Competência.....	1153
3.5.7 Legitimidade ativa.....	1154
3.5.8 Legitimidade passiva.....	1155
3.5.9 Prazo .....	1156
3.5.10 Procedimento da ação rescisória.....	1159
3.5.10.1 Petição inicial (art. 968).....	1159
3.5.10.2 Depósito prévio .....	1161
3.5.10.3 Valor da causa.....	1162
3.5.10.4 Rescisão do julgado ( <i>iudicium rescindens</i> ) e rejuízo da demanda ( <i>iudicium rescisorium</i> ) .....	1163

3.5.11	Ação rescisória, tutela provisória e execução da sentença rescindenda .....	1164
3.5.12	Defesa do réu .....	1165
3.5.13	Instrução, julgamento e recursos na ação rescisória .....	1166
3.5.14	<i>Querela nullitatis</i> e ação rescisória.....	1166
3.6	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (arts. 976 a 987).....	1176
3.6.1	Para uma melhor compreensão do instituto .....	1176
3.6.2	Diferenças e semelhanças com outros institutos .....	1179
3.6.3	Procedimento .....	1180
3.6.4	Suspensão dos processos.....	1181
3.6.5	Publicidade e manifestação de interessados.....	1182
3.6.6	Fundamentos do acórdão e recurso.....	1182
3.6.7	Tese paradigma e força normativa.....	1183
3.7	Reclamação (arts. 988 a 993) .....	1185
3.7.1	Noções gerais: origem, natureza jurídica e objeto .....	1185
3.7.2	Procedimento da reclamação no CPC atual.....	1187
3.7.2.1	Esgotamento de instâncias.....	1190
3.	Teoria geral dos recursos (arts. 994 a 1.008).....	1193
1.	Teoria geral dos recursos.....	1193
1.1	Conceito.....	1193
1.2	Espécies e classificação dos recursos .....	1194
1.3	Princípios fundamentais dos recursos.....	1195
1.3.1	Duplo grau de jurisdição.....	1195
1.3.2	Taxatividade.....	1195
1.3.3	Singularidade .....	1196
1.3.4	Fungibilidade.....	1197
1.3.5	Proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	1199
1.3.6	Voluntariedade .....	1200
1.3.7	Dialeticidade .....	1200
1.3.8	Preclusão consumativa e complementaridade .....	1202
1.4	Pressupostos de admissibilidade dos recursos .....	1203
1.4.1	Cabimento.....	1205
1.4.2	Legitimidade .....	1205
1.4.3	Interesse.....	1207
1.4.3.1	Interesse recursal e cumulação de pedidos.....	1209
1.4.3.2	Falta de interesse decorrente de renúncia ou desistência do recurso .....	1210
1.4.4	Tempestividade.....	1212
1.4.5	Preparo .....	1217
1.4.6	Regularidade formal .....	1221
1.4.7	Inexistência de fato extintivo ou impeditivo do direito de recorrer....	1221

1.5	Efeitos dos recursos.....	1222
1.5.1	Efeito devolutivo.....	1222
1.5.2	Efeito translativo .....	1223
1.5.3	Efeito suspensivo.....	1223
1.5.4	Efeito substitutivo, expansivo e ativo.....	1224
1.5.5	Efeito regressivo .....	1224
1.6	Alcance do recurso do litisconsorte.....	1225
1.7	Recurso adesivo.....	1225
4.	Recursos em espécie (arts. 1.009 a 1.044) .....	1231
1.	Apelação (arts. 1.009 a 1.014).....	1231
1.1	Conceito.....	1231
1.2	Extinção do agravo retido e apelação no CPC vigente.....	1232
1.2.1	O agravo retido no CPC/1973 .....	1232
1.2.2	A apelação como meio de impugnação das decisões interlocutórias .....	1233
1.3	Efeitos da apelação.....	1234
1.3.1	Efeito devolutivo e translativo.....	1235
1.3.2	Aplicação da teoria da causa madura.....	1237
1.3.3	Reconhecimento da prescrição ou decadência na apelação.....	1238
1.3.4	Efeito suspensivo.....	1239
1.4	Procedimento na apelação.....	1242
1.4.1	Peculiaridades da apelação da sentença que indefere a petição inicial .....	1243
1.4.2	Peculiaridades da apelação contra a sentença nas hipóteses do art. 332.....	1244
1.4.3	Substitutivo dos embargos infringentes.....	1244
2.	Agravo de instrumento (arts. 1.015 a 1.020) .....	1248
2.1	Noções gerais.....	1248
2.2	Hipóteses de cabimento.....	1248
2.2.1	Ampliação do rol do art. 1.015 pela via interpretativa.....	1253
2.3	Procedimento.....	1254
2.3.1	Prazo e formação do instrumento .....	1254
2.3.2	Comunicação ao juízo de primeiro grau.....	1256
2.3.3	Procedimento no tribunal.....	1257
2.3.4	Julgamento do agravo de instrumento e possibilidade de retratação.....	1258
2.3.5	Ampliação do órgão colegiado.....	1259
3.	Agravo interno (art. 1.021) .....	1262
4.	Embargos de declaração (arts. 1.022 a 1.026).....	1265
4.1	Conceito e cabimento .....	1265
4.2	Embargos com efeitos modificativos (infringentes).....	1267

4.3	Embargos para efeito de prequestionamento .....	1268
4.4	Procedimento.....	1269
4.4.1	Intempestividade por prematuridade.....	1270
4.5	Efeitos.....	1271
4.6	Embargos manifestamente protelatórios.....	1273
5.	Recurso ordinário (art. 1.027) .....	1274
5.1	Conceito e cabimento .....	1274
5.2	Procedimento.....	1276
6.	Recurso extraordinário e recurso especial (arts. 1.029 a 1.035).....	1277
6.1	Aspectos em comum.....	1277
6.1.1	Juízo de admissibilidade.....	1280
6.1.2	Vício formal em RE e REsp.....	1281
6.1.3	Recursos excepcionais e o incidente de resolução de demandas repetitivas .....	1282
6.1.4	Efeito suspensivo do RE e do REsp.....	1283
6.1.5	Efeito devolutivo do RE e do REsp.....	1284
6.1.6	Interposição simultânea de RE e REsp e a questão da fungibilidade.....	1284
6.2	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário.....	1286
6.3	Repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário....	1287
6.4	Hipóteses de cabimento do recurso especial .....	1289
6.5	Procedimento dos recursos especial e extraordinário.....	1290
6.6	Recursos extraordinário e especial repetitivos (arts. 1.036 a 1.041).....	1292
6.6.1	Particularidades do sobrestamento.....	1294
7.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário (art. 1.042).....	1296
8.	Embargos de divergência (arts. 1.043 e 1.044) .....	1300
8.1	Noções gerais.....	1300
8.2	Cabimento.....	1301
8.3	Embargos de divergência no STJ e a interposição de recurso extraordinário .....	1302

## Parte VI – Disposições Finais e Transitórias

Capítulo Único.	Regras de transição e demais alterações (arts. 1.045 a 1.072) .....	1307
1.	Introdução.....	1307
2.	A <i>vacatio legis</i> do CPC.....	1307
3.	Aplicação do CPC atual aos processos em curso.....	1308
3.1	Processos regulados pelo CPC/1939.....	1310
4.	Processos com tramitação prioritária (art. 1.048) .....	1311
5.	Cadastro para recebimento de citações e intimações (arts. 1.050 e 1.051).....	1312
6.	Insolvência civil.....	1312
7.	Regras especiais de transição.....	1312



7.1	As questões prejudiciais e a eficácia do art. 503, § 1º, do CPC atual.....	1312
7.2	Prescrição intercorrente .....	1313
7.3	Inexigibilidade de título executivo judicial fundado em lei declarada inconstitucional.....	1314
7.4	Depósitos judiciais .....	1315
7.5	Tutela provisória contra a Fazenda Pública .....	1315
8.	Alterações legislativas.....	1316
8.1	Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996.....	1316
8.2	Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 – Lei de Arbitragem .....	1316
8.3	Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 – Lei dos Juizados Especiais.....	1317
8.3.1	Aplicação do incidente de desconsideração da personalidade jurídica ao processo de competência dos juizados especiais.....	1317
8.3.2	Embargos de declaração.....	1318
8.4	Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral .....	1319
9.	Dispositivos revogados.....	1320
10.	Usucapião administrativo ou extrajudicial .....	1322
10.1	Competência.....	1323
10.2	Requerimento da parte interessada.....	1323
10.3	Procedimento.....	1324
10.4	Não obrigatoriedade da via administrativa .....	1325
10.5	Intervenção do Ministério Público.....	1325
	Referências bibliográficas .....	1327